



Elementos de Consulta

1. Estatuto da OTOC e Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (www.otoc.pt)
2. Regulamento de controlo de qualidade (www.otoc.pt)
3. Códigos não anotados
4. Sistema de Normalização Contabilística e Planos oficiais de contabilidade, não anotados, não comentados e não explicados
5. Directrizes contabilísticas
6. Normas internacionais de contabilidade publicadas em regulamento comunitário

PROGRAMA

CONTABILIDADE GERAL ou FINANCEIRA

1. Fundamentos da contabilidade Financeira

- 1.1. A contabilidade financeira
- 1.1.1. Conceito e divisões da Contabilidade
- 1.1.2. A importância da informação financeira para a tomada de decisões económicas
- 1.1.3. A envolvente económica
- 1.1.4. Influências económicas na contabilidade financeira e no relato
- 1.1.5. Consequências económicas das normas contabilísticas

2. Normalização contabilística

- 2.1. Aspectos gerais da normalização contabilística
- 2.1.1. Objectivos
- 2.1.2. Vantagens e desvantagens
- 2.1.3. A normalização contabilística e o planeamento contabilístico
- 2.2. A normalização contabilística em Portugal
- 2.2.1. Os organismos de normalização contabilística
- 2.2.2. Os instrumentos de normalização contabilística
- 2.2.3. A normalização contabilística sectorial nos sectores público e privado da economia
- 2.3. Alguns referenciais da normalização contabilística mundial
- 2.3.1. Objectivos da harmonização contabilística internacional
- 2.3.2. O ordenamento contabilístico contemporâneo – principais modelos de normalização contabilística
- 2.3.3. O IASB: origem, objectivos e estrutura
- 2.3.4. Normas emitidas pelo IASB
- 2.3.5. A harmonização contabilística na Europa comunitária

3. Estrutura conceptual da contabilidade financeira

- 3.1. A estrutura conceptual: sua importância e desenvolvimento

4. O reconhecimento do rédito

- 4.1. A problemática do reconhecimento do rédito
- 4.2. Bases do reconhecimento do rédito
- 4.3. Os acréscimos e diferimentos
- 4.4. Casos particulares do reconhecimento do rédito
- 4.5. Divulgações

5. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

- 5.1. Objectivos das demonstrações financeiras
- 5.2. Pressupostos fundamentais, princípios e políticas contabilísticas
- 5.3. Características qualitativas da informação financeira
- 5.4. Elementos das demonstrações financeiras
- 5.5. Algumas demonstrações financeiras
- 5.5.1. Balanço
- 5.5.2. Demonstrações dos resultados
- 5.5.3. Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados
- 5.5.4. Demonstração de origens e aplicações de fundos
- 5.5.5. Demonstrações dos fluxos de caixa
- 5.5.6. Demonstrações das alterações dos capitais próprios
- 5.5.7. Demonstrações financeiras elaboradas com finalidades especiais
- 5.6. Relato intercalar
- 5.7. Mudanças nas políticas contabilísticas
- 5.8. Acontecimentos ocorrendo após a data do balanço

6. Os resultados

- 6.1. Estrutura dos resultados
- 6.2. Resultados extraordinários
- 6.3. Os erros fundamentais
- 6.4. Operações em descontinuação
- 6.5. Resultados por acção
- 6.6. Divulgações

7. Caixa e depósitos bancários

- 7.1. Conceitos
- 7.2. Principais aspectos do controlo interno
- 7.3. A valorimetria das disponibilidades
- 7.4. Registos contabilísticos
- 7.5. Divulgações

8. Compras e outras operações com fornecedores

- 8.1. Conceitos
- 8.2. Principais aspectos do controlo interno

- 8.3. A valorimetria das dívidas a pagar
- 8.4. Registos contabilísticos
- 8.5. Adiantamentos a fornecedores
- 8.6. Operações com títulos a pagar
- 8.7. Divulgações

9. Custos e operações com pessoal

- 9.1. Conceitos
- 9.2. Principais aspectos do controlo interno
- 9.3. Contribuições, impostos e outros encargos sobre remunerações
- 9.4. O processo escritural dos custos com o pessoal e assimilados. Remunerações; encargos, subsídios, indemnizações e honorários
- 9.5. Casos particulares: as indemnizações e os subsídios
- 9.6. Os benefícios de reforma
- 9.7. Divulgações

10. As existências

- 10.1. Conceitos
- 10.2. Principais aspectos relacionados com o controlo interno
- 10.3. Os sistemas de acumulação de custos
- 10.4. A valorimetria das existências
- 10.5. Os sistemas de inventário
- 10.6. Os métodos de custeio de saídas
- 10.7. As regularizações de existências
- 10.8. As existências à consignação
- 10.9. A depreciação de existências
- 10.10. Obras plurianuais
- 10.11. Divulgações

11. Vendas, prestações de serviços e contas a receber

- 11.1. Conceitos
- 11.2. Principais aspectos relacionados com o controlo interno
- 11.3. Valorimetria das dívidas a receber
- 11.4. O processo escritural das vendas e prestações de serviços
- 11.5. Cobrança de dívidas
- 11.6. Adiantamento de clientes
- 11.7. Operações com títulos a receber
- 11.8. O risco de cobrabilidade
- 11.9. Outras operações do ciclo de vendas e outras operações com clientes
- 11.10. Divulgações

12. Imobilizações incorpóreas

- 12.1. Conceitos
- 12.2. Principais aspectos relacionados com o controlo interno
- 12.3. Valorimetria

- 12.4. Principais elementos e operações com imobilizações incorpóreas

- 12.5. O processo de amortização

- 12.6. Divulgações

13. Imobilizações corpóreas

- 13.1. Conceitos
- 13.2. Principais aspectos relacionados com o controlo interno
- 13.3. Valorimetria
- 13.4. Principais elementos e operações com imobilizações corpóreas
- 13.5. Locações
- 13.6. O processo de amortização e de imparidade
- 13.7. Outras situações: capitalização de despesas com imobilizações e subsídios
- 13.8. As reavaliações
- 13.9. Adiantamentos
- 13.10. Divulgações

14. Investimentos financeiros temporários e permanentes

- 14.1. Conceitos
- 14.2. Principais aspectos relacionados com o controlo interno
- 14.3. Investimentos financeiros temporários
- 14.4. Investimentos financeiros permanentes
- 14.5. Os instrumentos financeiros
- 14.6. Valorimetria
- 14.7. Principais elementos e operações com investimentos financeiros
- 14.8. O risco de perda de valor
- 14.9. Divulgações

15. Operações de financiamento alheio

- 15.1. Conceitos
- 15.2. Tipos de empréstimos
- 15.3. Principais aspectos relacionados com o controlo interno
- 15.4. Valorimetria
- 15.5. O processo escritural
- 15.6. Divulgações

16. Outros passivos, passivos contingentes e activos contingentes

- 16.1. Imposto sobre o rendimento: corrente e diferido
- 16.2. Provisões
- 16.3. Passivos contingentes e activos contingentes

17. As operações societárias

- 17.1. Estatuto jurídico das sociedades
 - 17.1.1. Generalidades
 - 17.1.2. Personalidade jurídica e capacidade
 - 17.1.3. Contrato de sociedade

17.1.4. Caracterização dos diferentes tipos de sociedades

17.2. Constituição das sociedades

17.2.1. Aspectos de natureza jurídica

17.2.2. Aspectos contabilísticos

17.2.3. Prestações suplementares

17.2.4. Suprimentos

17.2.5. Prestações acessórias

17.2.6. A transmissão da posição social

17.3. Modificações do capital

17.3.1. Aumento de capital

17.3.2. Redução do capital

17.3.3. Amortização e remissão de capital

17.3.4. Quotas e acções próprias

18. Prestação de contas nas sociedades e aplicação dos resultados

18.1. O dever de relatar

18.2. As demonstrações financeiras

18.3. Apreciação e publicidade das contas anuais

18.4. Outros tipos de relato

18.4.1. Balanço social

18.4.2. A prestação de contas para efeitos fiscais

18.5. Aplicação dos lucros anteriores

18.5.1. Aspectos jurídicos

18.5.2. Retenção de resultados

18.5.3. As Reservas

18.5.4. Distribuição de resultados

18.5.5. Adiantamentos por conta de lucros e dividendos antecipados

18.5.6. Dividendos não reclamados

18.6. Destinos dos prejuízos anteriores

18.7. Direitos dos sócios, em especial o direito à informação

19. Coligação de sociedades, consolidação de demonstrações financeiras e outras formas de cooperação entre empresas

19.1. Coligação de sociedades

19.2. Consolidação de demonstrações financeiras

19.2.1. Entidades obrigadas a consolidar

19.2.2. Perímetro de consolidação

19.2.3. Homogeneização das demonstrações financeiras

19.2.4. Métodos de consolidação

19.2.5. Operações intra-grupo

19.2.6. Demonstrações financeiras consolidadas

19.3. Outras formas de cooperação entre empresas

19.3.1. Agrupamento de empresas

19.3.1.1. Agrupamento complementar de empresas (ACE)

19.3.1.2. Agrupamento europeu de interesse económico (AEIE)

19.3.2. Consórcio

19.3.3. Associação em participação

20. Outros temas de contabilidade financeira

20.1. Conversão de demonstrações financeiras

20.2. Correções devidas aos efeitos da inflação

20.3. Relato por segmentos

20.4. Tratamento contabilístico dos efeitos ambientais

20.5. Processo falimentar e pré-falimentar

20.6. Dissolução e liquidação

20.7. Fusão e cisão

20.7.1. Fusão

20.7.2. Cisão

20.8. Transformação de sociedades

20.9. Entidades com forma não forma societária

20.9.1. As Cooperativas

20.9.2. As entidades públicas e para-públicas

CONTABILIDADE ANALÍTICA ou de GESTÃO

1. Enquadramento da Contabilidade Analítica

1.1. Âmbito e objectivos da contabilidade analítica

1.2. Enquadramento normativo da contabilidade analítica

2. Os custos. Sua análise e relação com os resultados

2.1. Conceitos de custo e gasto e sua diferenciação dos conceitos de perda, despesa e pagamento

2.2. Custo e seus objectos

2.3. Classificação de custos segundo o objectivo

2.4. Formação do custo dos produtos e serviços

3. Os sistemas de articulação contabilística e a determinação do custo dos produtos

3.1. Sistemas de articulação contabilística: sistemas monistas; sistemas dualistas

3.2. Métodos de cálculo de custos:

3.2.1. Método directo (por encomenda ou ordem de fabrico)

3.2.2. Método indirecto (por processo)

3.3. Tratamento da produção defeituosa

3.4. Tratamento da produção conjunta

3.5. Tratamento dos subprodutos, resíduos e refugos

3.6. Produção em vias de fabrico

4. Análise, contabilização e controlo dos elementos do custo total

4.1. Matérias primas

4.2. Mão-de-obra directa

4.3. Gastos gerais de fabrico

4.4. Gastos não industriais

5. A departamentalização dos gastos. Centros de análise e controlo

- 5.1. A secção de análise, elemento fundamental do cálculo dos gastos e do controlo de gestão
- 5.2. Desenvolvimento das secções homogéneas. Centros de custo
- 5.3. Técnicas de repartição e imputação dos gastos.

6. Os sistemas de custeio

- 6.1. Custeio total ou de absorção
- 6.2. Custeio variável
- 6.3. Custeio racional
- 6.4. Custeio baseado nas actividades
- 6.5. Análise comparativa dos efeitos dos vários sistemas

7. Sistema de custos-padrão

- 7.1. Custos-padrão e outros custos pré-determinados
- 7.2. Padrões de matérias primas e de mão-de-obra directa
- 7.3. Padrão de gastos gerais de fabrico
- 7.4. Os desvios de matérias-primas, de mão-de-obra directa e de gastos gerais de fabrico
- 7.5. O sistema de custos-padrão e o controlo de gestão

8. Introdução ao processo decisório: a análise custo-volume-resultado

- 8.1. O binómio rentabilidade-risco
- 8.2. A aplicação do custo-volume-resultado no planeamento e na tomada de decisão
- 8.3. O ponto crítico das vendas
- 8.4. Análise de sensibilidade em custo-volume-resultado

FISCALIDADE PORTUGUESA

1. O Sistema Fiscal Português

- 1.1. Os impostos nos Orçamentos do Estado
- 1.2. Evasão e fraude fiscais
- 1.3. Benefícios fiscais
- 1.4. Contencioso Tributário

2. IVA

- 2.1. As características gerais do IVA
- 2.2. O regime geral do IVA nas operações internas
 - 2.2.1. Operações tributáveis
 - 2.2.2. Sujeitos passivos do imposto
 - 2.2.3. Localização das operações
 - 2.2.4. Isenções
 - 2.2.5. Regime especial de isenção do artº 53º do CIVA
 - 2.2.6. Regime dos pequenos retalhistas
 - 2.2.7. Exercício do direito à dedução
- 2.3. O regime do IVA nas operações internacionais
 - 2.3.1. As importações e as exportações
 - 2.3.2. As transacções intracomunitárias: regime geral e regimes especiais

- 2.3.3. As prestações de serviços
- 2.4. Obrigações declarativas e contabilísticas

3. Tributação do Património

3.1. IMT

- 3.1.1. Regras gerais de incidência
- 3.1.2. Isenções
- 3.1.3. Determinação da matéria colectável
- 3.1.4. Taxas
- 3.1.5. Liquidação
- 3.2. IMI

- 3.2.1. Regras gerais de incidência
- 3.2.2. Isenções
- 3.2.3. Determinação da matéria colectável
- 3.2.4. Taxas
- 3.2.5. Liquidação
- 3.3. Imposto do selo
 - 3.3.1. Regras gerais de incidência
 - 3.3.2. Tributação das transmissões gratuitas

4. IRS

- 4.1. Incidência pessoal
- 4.2. Incidência real
 - 4.2.1. Rendimentos de categoria A
 - 4.2.2. Rendimentos de categoria B
 - 4.2.3. Rendimentos de categoria E
 - 4.2.4. Rendimentos de categoria F
 - 4.2.5. Rendimentos de categoria G
 - 4.2.6. Rendimentos de categoria H
- 4.3. Taxas
- 4.4. Movimento da tributação
- 4.5. Dedução de perdas
- 4.6. Pagamento
 - 4.6.1. Rentenhões na fonte
 - 4.6.2. Pagamentos por conta
- 4.7. Regime de transparência fiscal
- 4.8. Regime simplificado
- 4.9. Obrigações declarativas e contabilísticas

5. IRC

- 5.1. Incidência
- 5.2. Isenções
- 5.3. Período de tributação
- 5.4. Relação com a contabilidade
 - 5.4.1. Resultados líquidos do exercício
 - 5.4.2. Variações patrimoniais
- 5.5. Valorimetria das existências
- 5.6. Amortizações e reintegrações

- 5.7. Provisões
- 5.8. Créditos incobráveis
- 5.9. Realizações de utilidade social e donativos
- 5.10 Encargos não dedutíveis
- 5.11 Despesas confidenciais e não documentadas
- 5.12 Mais-valias e menos-valias
- 5.13 Dupla tributação económica dos lucros distribuídos
- 5.14 Deduções de prejuízos fiscais
- 5.15 Regime simplificado
- 5.16 Obras de carácter plurianual
- 5.17 Relações especiais entre contribuintes
- 5.18 Tributação dos grupos de sociedades
- 5.19 Transformações de sociedades
- 5.20 Fusões e cisões
- 5.21 Liquidação de sociedades
- 5.22 Taxas
- 5.23 Pagamento
 - 5.23.1 Dedução à colecta
 - 5.23.2 Retenções na fonte
 - 5.23.3 Pagamento por conta
 - 5.23.4 Pagamento especial por conta
- 5.24 Tributações autónomas
- 5.25 Obrigações declarativas e contabilísticas

ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL dos TOC

- 1. Objecto e conceito de ética e deontologia profissional**
- 2. Regras éticas**
- 3. Comportamento ético**
- 4. Dilemas éticos**
- 5. A ética na actividade profissional:**
 - 5.1. Ética e tomada de decisão
 - 5.2. Ética em contabilidade
 - 5.3. Ética em auditoria
 - 5.4. Ética na gestão
- 6. As competências nas Organizações Profissionais**
- 7. Códigos deontológicos**
- 8. A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas como organismo profissional**
 - 8.1. O Exercício da função de Técnico Oficial de Contas
 - 8.2. Funções
 - 8.3. Actos próprios dos TOC
- 9. O exercício da função de Técnico Oficial de Contas**
 - 9.1. Modos de exercício da actividade
 - 9.2. Limites ao exercício da actividade: pontuação
 - 9.3. Identificação dos Técnicos Oficiais de Contas

10. Os órgãos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

10.1. Organização e competências

11. Direitos e deveres dos Técnicos Oficiais de Contas

- 11.1. Direitos
- 11.2. Deveres gerais
- 11.3. Angariação de clientela: publicidade
- 11.4. Deveres para com as entidades a que prestem serviços
- 11.5. Deveres para com a administração fiscal
- 11.6. Deveres recíprocos dos Técnicos Oficiais de Contas
- 11.7. Deveres para com a Câmara
- 11.8. Dever de denúncia: participação de crimes públicos

12. O Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas

- 12.1. Deveres gerais
- 12.2. Princípios deontológicos gerais
- 12.3. Independência e conflito de deveres
- 12.4. Responsabilidade do TOC e das sociedades de profissionais
- 12.5. Competência profissional e controlo de qualidade
- 12.6. Princípios e normas contabilísticas
- 12.7. Contrato de prestação de serviços
- 12.8. Dever de confidencialidade: o sigilo profissional
- 12.9. Deveres de informação para com os clientes
- 12.10. Direitos perante as entidades a quem prestam serviços
- 12.11. Conflitos de interesses entre as entidades a quem prestam serviços
- 12.12. Incompatibilidade ao exercício da profissão
- 12.13. Honorários
- 12.14. Devolução de documentos
- 12.15. Deveres de lealdade entre Técnicos Oficiais de Contas
- 12.16. Sociedades de profissionais e empresas de contabilidade
- 12.17. Interpretação e integração de lacunas
- 12.18. As Notas interpretativas ao Código Deontológico
- 13. O regime disciplinar dos Técnicos Oficiais de Contas**
 - 13.1. Processo Disciplinar
 - 13.2. Infração Disciplinar
 - 13.3. Penas Disciplinares
- 14. A responsabilidade dos Técnicos Oficiais de Contas decorrente da legislação fiscal**